

## **PS exige soluções para agilizar e melhorar a segurança na ligação entre a Serreta e o Raminho na ilha Terceira**

Os deputados do PS, eleitos pela ilha Terceira, visitaram, esta quinta-feira, acompanhados do Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Álvaro Meneses, e os autarcas das freguesias de Serreta, Doze Ribeiras, Santa Bárbara e Altares, o caminho alternativo à Estrada Regional entre o Cabo do Raminho e a Mata da Serreta, danificada pelo sismo de 14 de janeiro deste ano. Andreia Cardoso realçou, no local, que é “urgente” que o Governo Regional da coligação PSD/CDS/PPM avance com o projeto da intervenção a realizar na Estrada Regional e considerou que o Governo “não deve aguardar pelo fim da crise sísmica, conforme defende a Secretária Regional das Infraestruturas, Berta Cabral. Até porque “não sabemos quando terá fim esta crise sísmica na ilha Terceira e não podemos deixar as vidas e a mobilidade dos Terceirenses no limbo, por tempo indeterminado”.

“É preciso encontrar uma solução técnica que garanta a segurança na circulação do troço da estrada que liga a Freguesia da Serreta à freguesia do Raminho, que se encontra encerrado desde meados de janeiro. É certo que temos uma crise sísmica em curso, mas o Governo Regional da coligação não pode simplesmente cruzar os braços e dizer que nada pode fazer. É sua obrigação estudar e encontrar as soluções técnicas, que permitam repor, assim que seja seguro, a normal circulação automóvel naquela zona da ilha terceira”, salientou a vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Andreia Cardoso sublinhou ainda que o Governo Regional deve “pavimentar e sinalizar de imediato a via alternativa” para “garantir as necessárias condições de segurança a quem por lá circula, regular ou ocasionalmente”.

“A alternativa existente à estrada encerrada (a chamada ‘Estrada do Mato’) é uma faixa estreita, de terra batida, sem sinalização, sem iluminação, sem rede de telemóvel e o que sabemos é que muita gente tem medo de ali passar. Além disso, a circulação é necessariamente lenta, o que acaba por criar distância e dificuldades acrescidas no percurso entre a Serreta e o Raminho. A consequência é que muita gente está a preferir fazer um caminho muito maior, com maior gasto em combustível, pela Estrada do Cabrito e o que nós achamos

é que o Governo Regional tem os meios necessários e as competências para evitar tudo isso. Simplesmente não o está a fazer”, frisou a parlamentar socialista.

Andreia Cardoso salientou, igualmente as “grandes dificuldades criadas à circulação agrícola”, em freguesias que são “essencialmente rurais” e lembrou que o Governo Regional deve implementar os apoios que anunciou para reparação das paredes de pedra dos terrenos agrícolas, afetados pelos sismos. Outra dificuldade apontada pela deputada do PS é a “grande volta que os transportes coletivos têm de dar”, porque “simplesmente não podem circular nesta alternativa disponibilizada pelo Governo Regional”, o que traz “inconvenientes, por exemplo, ao nível do transporte escolar das nossas crianças”.

Andreia Cardoso lamentou, ainda, a “falta de informações e de diálogo” entre o Governo Regional e as Juntas de Freguesia mais afetadas, designadamente a Serreta, Raminho, Doze Ribeiras, Altares e Santa Bárbara.

“O Governo Regional do PSD/CDS/PPM tem de recuperar o troço da Estrada Regional no Cabo do Raminho e criar as necessárias condições de segurança para a circulação naquela zona. Não pode dizer que estamos em crise sísmica e, por isso, está de mãos atadas. Deve garantir a solução técnica adequada no sentido de repor a circulação naquela via, ao mesmo tempo, deve asfaltar o caminho florestal alternativo e reforçar as suas condições de segurança. Estas são intervenções urgentes e necessárias e o Governo Regional não pode simplesmente assobiar para o lado”, assinalou a vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS no Parlamento dos Açores, Andreia Cardoso.

Os deputados eleitos pela Terceira, darão entrada de um requerimento com o intuito de solicitar cópia do relatório do LREC, das soluções técnicas eventualmente avançadas ou em estudo e, ainda, o levantamento dos prejuízos causados nas propriedades agrícolas e os apoios definidos para reparar esses danos.